



UFPA
plural e singular



CONSTRUINDO RESPEITO ÀS PESSOAS TRANS NA UFPA

FICHA TÉCNICA

Realização

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Coordenação geral

Superintendência de Políticas Afirmativas e Diversidade (DIVERSE)

Parceria

Associação de Discentes Trans e Travestis da UFPA (ADISTTRAVE)

Assessoria de comunicação e conteúdo

Marta Cardoso - DRT-PA 1709

Revisão técnica

Zélia Amador de Deus

Cristina Maria Arêda Oshai

Isabel Rosa Cabral

Maria Roseane Corrêa Pinto Lima

Antonio Carlos da Cruz Villas

Heloísa do Nascimento

Estagiário

Francisco Carlos Castro do Nascimento

ÍNDICE

- 4-5 Apresentação
- 6-7 Transfobia: por que falar sobre?
- 8-9 Identidades de gênero
- 10-11 O que é transfobia?
- 12-13 O que mudou na UFPA?
- 14-15 Não é opinião: é crime
- 17-20 Como agir diante de situações de transfobia

APRESENTAÇÃO

COMPROMISSO COM A DIVERSIDADE

Na Universidade Federal do Pará, ampliar o acesso à educação também significa enfrentar desigualdades históricas. A criação do Processo Seletivo Especial (PSE) para pessoas trans, travestis e não-binárias se soma a esse esforço, como resposta concreta à baixa presença desse grupo no ensino superior e às barreiras que ainda limitam trajetórias acadêmicas.

Mais do que garantir entrada, o desafio envolve percurso acadêmico com dignidade. Nesse contexto, a atuação da Superintendência de Políticas Afirmativas e Diversidade (DIVERSE/UFGA) articula ações para promover respeito, reconhecimento e condições reais de convivência no cotidiano universitário. Informação acessível e qualificada tem papel central nesse processo.

Conhecer conceitos, identificar violências e compreender direitos ajuda a transformar práticas e reduzir preconceitos. Este material foi pensado como apoio à comunidade acadêmica, contribuindo para um ambiente mais justo, plural e comprometido com a diversidade de gênero.

DA MOBILIZAÇÃO À CONQUISTA

Esse avanço é resultado de mobilização coletiva. A criação do PSE também expressa a luta de pessoas trans, travestis e não-binárias organizadas na universidade, especialmente por meio da Associação de Discentes Trans e Travestis da UFPA (ADISTTRAVE), que atua na defesa do acesso, da permanência e do respeito. Ao trazer suas experiências e demandas para o centro do debate, essas trajetórias contribuíram para que a universidade reconhecesse a necessidade de respostas institucionais concretas.

Ampliar direitos, no entanto, não ocorre sem resistência. Mudanças que enfrentam desigualdades estruturais costumam gerar tensões e disputas, muitas vezes baseadas em desinformação ou na tentativa de manter padrões excludentes. Ainda assim, recuar não é uma opção. Consolidar essa política exige continuidade, compromisso institucional e envolvimento de toda a comunidade universitária, reafirmando que o direito à educação deve ser garantido com equidade, respeito e dignidade.

Universidade Federal do Pará

Superintendência de Políticas Afirmativas e Diversidade

Associação de Discentes Trans e Travestis da UFPA



JOY CATARINA RAMOS,
ESTUDANTE DE PEDAGOGIA, TRAVESTI

**MENOS
DE 0,3%**

**da população trans
chega ao ensino
superior no Brasil**



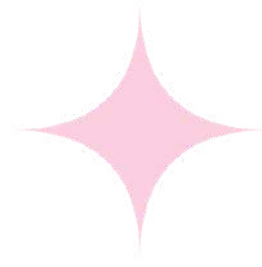
TRANSFOBIA

POR QUE FALAR SOBRE?

Refletir sobre a **transfobia** na universidade exige olhar para as trajetórias que antecedem o ensino superior. Os desafios para o acesso não começam no momento da seleção, mas em percursos marcados por exclusão desde os primeiros anos de formação. No Brasil, o ambiente escolar ainda é um dos espaços mais hostis para pessoas trans, travestis e não-binárias, impactando diretamente a continuidade dos estudos.

Quando menos de 0,3% da população trans brasileira acessa o ensino superior, não se trata de escolha individual, mas de desigualdade estrutural. Esse dado sintetiza um percurso atravessado por barreiras sucessivas, que se iniciam na formação básica e se prolongam pela vida.

Fonte: Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2024). Nota técnica sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior. Brasil: Antra, 2024.



Dados recentes* indicam que cerca de 90% de estudantes LGBTQIA+ já sofreram agressões verbais no ambiente escolar, índice ainda mais elevado entre pessoas trans. A violência não se limita à dimensão simbólica: 34% relatam agressões físicas, chegando a aproximadamente 38% entre estudantes trans e travestis. A insegurança é constante - 86% afirmam não se sentir seguros na escola, número que cresce entre quem tem sua identidade de gênero questionada ou desrespeitada.

Esse cenário produz efeitos concretos na permanência escolar. Aproximadamente 47% dos estudantes LGBTQIA+ já abandonaram aulas por se sentirem inseguros, percentual ainda maior entre jovens trans. A evasão, muitas vezes tratada como escolha individual, funciona como expulsão indireta. Ambientes que negam o uso do nome social, restringem o acesso a banheiros ou expõem estudantes a constrangimentos inviabilizam a continuidade dos estudos.

As consequências se acumulam ao longo do tempo. A exclusão educacional reduz as possibilidades de inserção no ensino superior e no mercado de trabalho, mantendo grande parte da população trans em condições de vulnerabilidade. Mesmo quando políticas públicas são criadas, sua implementação enfrenta resistências institucionais que limitam seus efeitos. A formalização de direitos, por si só, não garante proteção nem igualdade de oportunidades.

REPARAÇÃO - Diante desse contexto, a baixa presença de pessoas trans nas universidades não pode ser interpretada como ausência de interesse pessoal, mas como resultado de barreiras estruturais. Falar sobre transfobia no ambiente universitário é, portanto, reconhecer esse histórico de exclusão e afirmar a necessidade de políticas que ampliem o acesso e garantam condições reais de permanência.

Fonte: Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2025 / Bruna G. Benevides; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) - Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2026.

IDENTIDADES DE GÊNERO

CONCEITOS ESSENCIAIS PARA COMPREENSÃO E RESPEITO

Identidade de gênero é a experiência interna e individual de cada pessoa sobre seu próprio gênero. Trata-se de como cada pessoa se reconhece e se entende no mundo. Essa experiência também envolve a relação com o próprio corpo, podendo incluir, por escolha, modificações na aparência, além das formas de expressão de gênero — como vestir, falar e se comportar.

Não se trata do mesmo conceito que orientação sexual. Enquanto a identidade diz respeito a quem a pessoa é, a orientação está relacionada a por quem ela se sente atraída.

Diferenciar esses conceitos é fundamental para evitar confusões, invisibilidades e formas de discriminação que comprometem o reconhecimento e o respeito às diversas experiências.

“**Meu corpo é político**”

Linn da Quebrada,
cantora, atriz e ativista
social trans brasileira

Negar ou desrespeitar
identidade de gênero é
uma forma de violência.

1. Trans

Pessoa que apresenta uma identidade de gênero diferente da que foi designada no nascimento.

2. Travesti

Pessoa que vive uma construção de gênero feminina, oposta à designação de sexo atribuída no nascimento, seguida de uma construção física, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade.

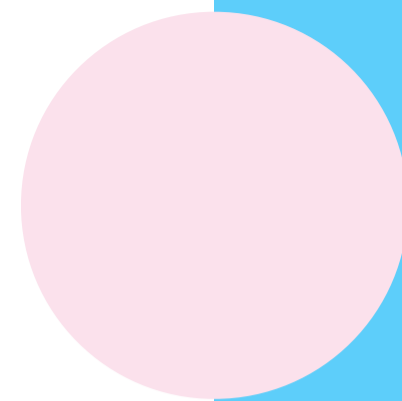
3. Não-binária

Pessoa que vivencia papéis de gênero a despeito da regra binária. Não se reconhecem nem como homem nem como mulher.

Fonte: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)

PARA NÃO ERRAR

- Pergunte como a pessoa se identifica e quais pronomes utiliza. Evite suposições baseadas na aparência.
- Caso cometa um erro, corrija de forma simples e siga a conversa, sem constranger a pessoa.
- Evite perguntas invasivas sobre corpo, história ou processos pessoais.
- Use o artigo correto - "a travesti" - e prefira termos como "pessoa trans" em vez de expressões como "um trans", evitando reduzir a pessoa à sua identidade.



1. O que significa?

É toda forma de preconceito, discriminação ou violência contra pessoas trans, travestis e não-binárias, baseada na negação ou rejeição de suas identidades de gênero.

2. Também é:

Não se limita a agressões diretas. Inclui práticas sociais e institucionais que negam identidades, restringem direitos e dificultam o acesso a espaços como escola, trabalho e serviços.

“ Definir a mim mesma, em vez de ser definida pelos outros, é um dos maiores desafios que enfrento”

Janet Mock, escritora, roteirista, diretora e ativista trans

O QUE É TRANSFOBIA?

RECONHECER PARA ENFRENTAR

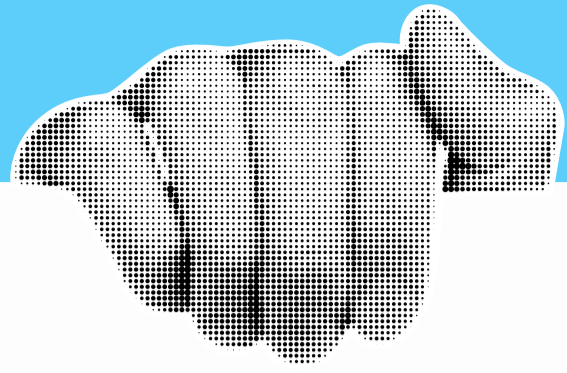
3. Como acontece?

Aparece em desinformação sobre pautas trans, desrespeito ao nome social, constrangimentos, exclusões e decisões que tratam identidades trans como ilegítimas ou inferiores.

4. Impactos

Produz exclusão, evasão escolar, dificuldades de acesso a direitos, além de impactos e efeitos na saúde mental - como medo, ansiedade e sensação constante de insegurança.

Exemplos no cotidiano



1. Constrangimento

Exposição, olhares, comentários ou situações que geram desconforto em espaços públicos ou institucionais.

2. Nome social

Ignorar, recusar ou substituir o nome social pelo nome civil fere um direito garantido e desrespeita a identidade de gênero, gerando constrangimento e exposição indevida.

3. Comentários ofensivos

Piadas, ironias ou falas que ridicularizam identidades de gênero e reforçam estereótipos.

4. Exclusão institucional

Inclui práticas sociais e institucionais, de ação ou omissão, que negam identidades, restringem direitos e dificultam acesso e permanência na escola, no trabalho e em serviços.

5. Violência simbólica

Ações e discursos que inferiorizam ou invisibilizam identidades trans, muitas vezes naturalizados no cotidiano.

Preconceito

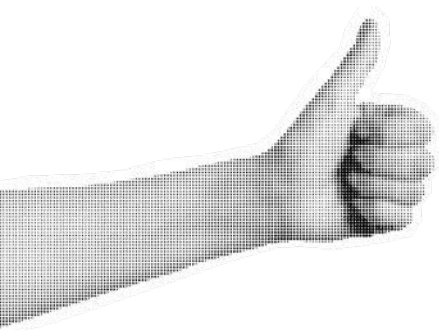
Crenças e estereótipos negativos

Discriminação

Práticas que excluem ou limitam direitos

Violência

Ações que causam dano físico, psicológico ou simbólico



AVANÇOS NA POLÍTICA PARA PESSOAS TRANS

A UFPA desenvolve ao longo da última década ações mais intensas de promoção da equidade e enfrentamento das desigualdades que afetam pessoas trans, travestis e não-binárias. Nesse percurso, a criação da DIVERSE representa um importante marco para a articulação dessas políticas.

O Processo Seletivo Especial (PSE) para pessoas trans, travestis e não-binárias na Graduação (Resolução nº 6.023/2026), representa um novo avanço nessa trajetória, com impulso da mobilização coletiva do movimento trans organizado. A medida amplia as formas de ingresso e responde à baixa presença dessa população no ensino superior, somando-se a ações voltadas ao reconhecimento de direitos e à permanência com dignidade. Na UFPA, a política para pessoas trans se estrutura em diferentes frentes:

FRENTES DE ATUAÇÃO DA UFPA

Reconhecimento institucional

Garantia, desde 2014, do uso do nome social em sistemas acadêmicos e administrativos, como o SIGAA, além de comunicações oficiais e registros internos da universidade.

Documentação e direitos

Orientação para retificação de registro civil e adequação de diplomas e históricos ao nome atualizado, com apoio da Clínica de Atenção à Violência (CAV).

Permanência estudantil

Reserva de auxílios, acompanhamento acadêmico e apoio psicossocial, incluindo encaminhamentos para a Clínica de Psicologia (CLIPSI/UFGA) e parceiros institucionais.

Saúde e cuidado integral

A UFGA disponibiliza os serviços de saúde do Ambulatório Transexualizador, do Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB), com atendimento multidisciplinar.

Ambiente e segurança

Ações educativas e campanhas institucionais coordenadas pela DIVERSE, além da atuação da Ouvidoria na UFGA no registro e encaminhamento de situações de discriminação.

Formação e conhecimento

Realização de seminários, capacitações e incentivo à inclusão de temas de diversidade no ensino, pesquisa e extensão, com participação da DIVERSE e unidades acadêmicas e administrativas.

Pós-graduação

Está em formulação política institucional de ações afirmativas para ampliar o acesso de pessoas trans e travestis na pós-graduação.

Produção de dados e monitoramento

Planejamento de iniciativas institucionais de levantamento de dados sobre permanência e evasão, contribuindo para o aprimoramento das políticas.



HEVELYN MAIA TUPINAMBÁ, MESTRANDA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGENS E SABERES DA AMAZÔNIA, TRAVESTI

FOTO: DIVULGAÇÃO/ ASCOM DIVERSE

NÃO É OPINIÃO: É CRIME



RESPEITO É OBRIGAÇÃO LEGAL

A transfobia é crime no Brasil. Em 2019, O Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou essa prática ao racismo (Lei nº 7.716/1989). Essa decisão reconhece que não se trata apenas de uma opinião, mas uma violação de direitos fundamentais. No cotidiano universitário, isso se traduz na obrigação de garantir respeito, evitar constrangimentos e agir diante de situações discriminatórias.

NOME SOCIAL - É o nome pelo qual a pessoa se identifica. Seu uso é um direito assegurado em normas federais e também na UFPA (Resolução nº731/2014).

Nos sistemas e documentos institucionais, deve ser usado em destaque, enquanto o nome civil deve ser utilizado apenas para fins administrativos internos e documentos externos, sem exposição indevida. A inclusão do nome social pode ser solicitada a qualquer momento, e seu uso deve ser respeitado em todas as situações: listas de chamada, classificação e convocação; sistemas acadêmicos; comunicações e interações cotidianas.

Publicizar o nome civil sem necessidade configura **violação de direito**, quebra de privacidade e risco de discriminação



USO DE BANHEIROS

O acesso a banheiros deve respeitar a identidade de gênero de cada pessoa. Esse entendimento está previsto na Resolução nº 2, de 19 de setembro de 2023, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que orienta instituições de ensino a garantirem esse direito como parte das condições de acesso e permanência. Impedir ou questionar esse uso não tem base legal e reforça práticas discriminatórias.

Também é fundamental enfrentar ideias equivocadas que associam pessoas trans a risco de violência. Isso reforça estigmas que contribuem para constrangimentos e restrição de direitos. Ao ser reproduzida, legitima práticas discriminatórias e dificulta a convivência em ambientes que deveriam ser seguros para todas as pessoas.

Banheiros de uso individual

A criação de banheiros de uso individual, independentes de gênero e com cabines separadas, é uma medida complementar para ampliar segurança e conforto. Essa solução **não substitui** o direito ao uso de banheiros conforme a identidade de gênero, nem deve ser usada como forma de segregação. Esta é uma medida adicional para prevenir violências, com foco na proteção e na segurança das pessoas trans.



NO COTIDIANO, RESPEITO SE APRENDE

O respeito às identidades de gênero também se constrói no dia a dia. É essencial evitar constrangimentos e estar aberto a aprender. O uso de linguagem neutra não é obrigatório, mas também não deve ser motivo de reprovação ou ridicularização. Vale lembrar que a transfobia, que já foi tolerada na sociedade, não se sustenta diante do papel da universidade: produzir conhecimento, revisar condutas e evoluir.

Para continuar aprendendo

João W. Nery

Obra: Viagem Solitária (2011)

Temáticas: trajetória trans no Brasil, identidade de gênero, reconhecimento civil

Jaqueline Gomes de Jesus

Obra: Transfeminismo: Teorias e Práticas (2014)

Temáticas: políticas públicas, raça e gênero

Megg Rayara Gomes de Oliveira

Obra: O diabo em forma de gente - tese (2017)

Temáticas: educação, racismo, exclusão de pessoas trans

Leticia Lanz

Obra: O Corpo da Roupa (2015)

Temáticas: cisgeneridade, construção social do gênero

Letícia Nascimento

Obra: Transfeminismo (2021)

Temáticas: identidades de gênero, transfeminismo, direitos trans

Formas de evitar marcação de gênero

- "Bom dia, pessoal"
- "Quem vai apresentar?"
- "Cada estudante deve tentar"
- "O grupo pode se organizar"
- "A pessoa da monitoria pode orientar?"
- "O corpo docente ajudou"



COMO AGIR DIANTE DE SITUAÇÕES DE TRANSFOBIA

A transfobia não deve ser ignorada. O silêncio diante de situações transfóbicas pode contribuir para sua continuidade. Agir com responsabilidade, acolher a pessoa afetada e buscar os canais adequados de apoio e encaminhamento são atitudes que fazem diferença.

1. Não se omite

Silenciar diante de situações de transfobia contribui para a continuidade da violência. Sempre que possível, interrompa a situação de forma segura, sinalizando que aquele comportamento não é aceitável no ambiente universitário.

2. Acolha a pessoa

Ofereça apoio sem expor ou pressionar. Escutar, reconhecer o ocorrido e demonstrar respeito são atitudes fundamentais. Evite minimizar a situação ou questionar a experiência da pessoa.

“

A igualdade legal formal... muitas vezes tem pouco mais do que valor simbólico”

Dean Spade, jurista e ativista trans

3. Comunique aos canais institucionais

Situações de transfobia devem ser registradas e encaminhadas. A universidade dispõe de instâncias para acolhimento e apuração, e o registro é importante para que providências sejam tomadas.

4. Respeite a autonomia

Cabe à pessoa agredida decidir como deseja lidar com a situação. Ofereça apoio sem pressionar nem revitimizar. Ainda assim, as instâncias da universidade devem ser informadas para a devida apuração.

RESPONSABILIDADE É DE TODA A COMUNIDADE

- O enfrentamento à transfobia é uma responsabilidade de toda a comunidade universitária. Diante de situações de discriminação, estudantes, docentes, servidores, terceirizados e gestores devem agir com respeito, não se omitir e contribuir para interromper práticas que violem direitos.
- À gestão, cabe uma responsabilidade adicional: acolher demandas, acompanhar e assegurar os encaminhamentos necessários, além de garantir o cumprimento das normas e políticas institucionais voltadas à promoção dos direitos e ao enfrentamento da transfobia.



ACOLHER E ENCAMINHAR

Diante de situação de transfobia, é importante não deixar sem encaminhamento. O primeiro passo pode ser feito no próprio local onde a situação ocorreu. Comunique a coordenação do curso, procure a direção da unidade ou informe a chefia imediata ou responsável pelo setor. O caso também pode ser direcionado para mais espaços institucionais:

- **Ouvidoria:** canal oficial para registro e acompanhamento de denúncias. A manifestação pode ser feita por quem sofreu ou por quem presenciou o ocorrido.

1. Acesse a plataforma **Fala.BR**
2. Escolha a opção "Denúncia"
3. Descreva o ocorrido com o máximo de detalhes
4. Se possível, inclua provas (mensagens, registros, testemunhas)
5. A denúncia pode ser identificada ou anônima

A Ouvidoria recebe e encaminha a denúncia. Dependendo do caso, pode envolver a unidade acadêmica, gerar processo administrativo ou medidas disciplinares. **Importante:** a responsabilização na universidade não impede outras medidas legais. Transfobia é crime.

- **DIVERSE:** orienta toda a comunidade (estudantes, servidores e terceirizados)
- **PROAES:** atendimento a estudantes
- **PROGEP:** atendimento a servidores



APOIO INSTITUCIONAL NA UFPA

Em situações de dúvida, desconforto ou violação de direitos, a universidade dispõe de espaços de escuta, orientação e encaminhamento. Você pode procurar ou indicar o atendimento mais adequado - inclusive apenas para conversar.

- **OUVIDORIA DA UFPA**

Canal institucional de escuta e encaminhamento de demandas. Recebe sugestões, denúncias e faz acompanhamento dos casos.
ouvidoria@ufpa.br

- **PROAES (Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Acessibilidade)**

Atende estudantes em demandas sobre permanência, bem-estar e trajetória acadêmica.
proaes@ufpa.br

- **PROGEP (Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal)**

Atende servidores em questões relacionadas à vida funcional, direitos, deveres e bem-estar no trabalho.
progep@ufpa.br

- **DIVERSE (Superintendência de Políticas Afirmativas e Diversidade)**

Responsável por políticas de equidade. Oferece orientação e letramento, com apoio em episódios de discriminação
diverse@ufpa.br

- **Clínica de Psicologia da UFPA**

Espaço de acolhimento e atenção à saúde mental. Oferece escuta, orientação, psicoterapia e encaminhamentos.
clipsiufpa@ufpa.br

- **CAV (Clínica de Atenção à Violência)**

Espaço de acolhimento e escuta para pessoas em situação de violência. Oferece orientação e encaminhamento.
cavufpa@gmail.com

CONHEÇA TAMBÉM:

- **ADISTTRAIVE (Associação de Discentes Trans e Travestis da UFPA)**

Coletivo estudantil que atua na defesa de direitos, apoio e articulação da comunidade trans e travesti na universidade.
adisttrave.ufpa@gmail.com e [@adisttraveufpa](https://www.instagram.com/adisttraveufpa)